

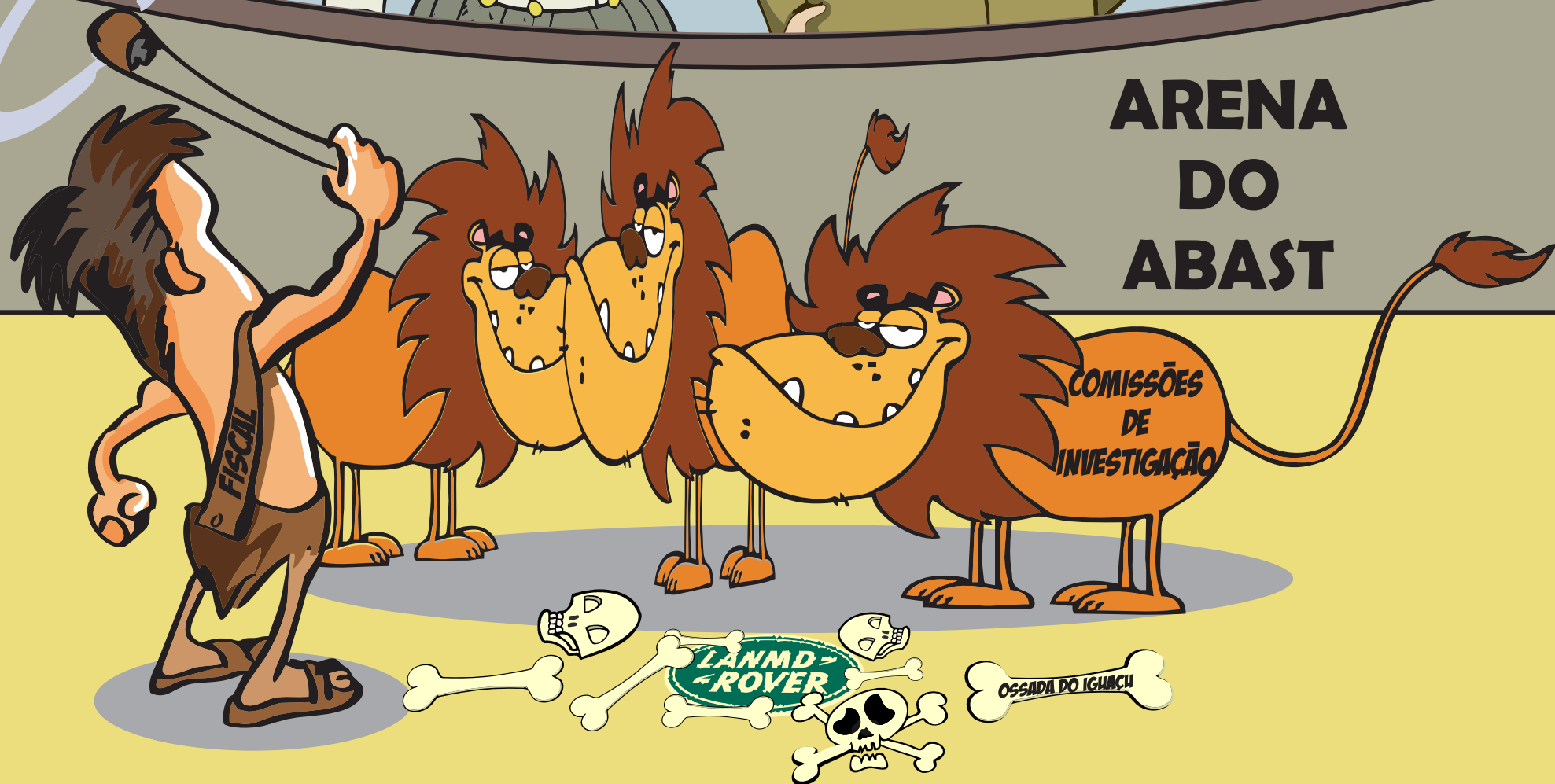


JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXIX | Nº 1313 | de 18 a 31/08/2013

ESQUEMÃO NA MANUTENÇÃO



Denúncia na Ouvidoria Geral da Petrobrás levou à investigação da NM Engenharia e da Manutenção Industrial (M.I) da Repar. Terceirizada tem contrato multimilionário para a conservação de tanques e esferas da Refinaria de Araucária. Comissões apontaram uma série de irregularidades, mas o problema mais grave foi a antecipação de pagamentos de serviços não realizados que ultrapassam a cifra dos R\$ 3 milhões. Quatro fiscais de contrato foram punidos e um gerente setorial foi afastado. Sindicato questiona sistema de fiscalização que blinda o alto escalão. **+ PÁG. 3**

→ SAÚDE

Problemas da AMS novamente em pauta

Petroleiros de Santa Catarina são os que mais sofrem com a precariedade dos serviços de saúde.

Um atendimento de saúde digno, com uma rede credenciada ampla e estabelecimentos conveniados de qualidade, está longe de ser uma realidade para os petroleiros, especialmente os de Santa Catarina. Faltam especialistas, clínicas, hospitais e anestesistas. As liberações de procedimentos são demoradas e os reembolsos, previstos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), raramente são efetuados dentro do prazo.

Não é de hoje que o Sindipetro Paraná e Santa Catarina denuncia os problemas e cobra soluções definitivas da gestão de Serviços Compartilhados e Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS). Compromissos assumidos em mesa de negocia-

ção são empurrados com a barriga e as medidas que são adotadas, além de demoradas, são meramente paliativas.

Os problemas, no entanto, transcendem a esfera administrativa da AMS e indicam a formação de um verdadeiro cartel na área da saúde em Santa Catarina. Há indícios de que plano de saúde privado atua no sentido de cooptar profissionais e estabelecimentos para não se credenciar com a intenção de fragilizar cada vez mais a AMS e abocanhar um contrato milionário.

No começo do mês ocorreu reunião no Rio de Janeiro com os sindicatos, FUP e Petrobrás para tratar das pendências do ACT em relação à AMS. Os

representantes do Sindipetro PR e SC cobraram mais uma vez o aumento do valor do reembolso de anestesia. Ficou acordado que será repassado o que a quinta edição da Tabela de Honorários da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) prevê, o que vai aumentar os valores do reembolso. Sobre a falta de anestesistas na região Sul, a empresa alegou que ainda não conseguiu ampliar a rede credenciada por problemas de valores.

Em relação à cobertura da AMS para aposentados da Transpetro, a Companhia disse que concluiu os estudos sobre os impactos financeiros e encaminhou à direção da Transpe-



tro. Nas meias palavras deixaram escapar que o custo é alto e isso dá a entender que a mera negociação não será suficiente para a conquista desta pauta. Será necessária uma mobilização de âmbito nacional.

Por outro lado, enquanto os petroleiros amargam restrição de acesso a procedimentos e péssimas condições de tratamento médico, o Manual de Operações da AMS, documento guardado a sete chaves pela empresa, garante aos diretores da Petrobrás e subsidiárias o reembolso total de toda e qualquer despesa relativa ao atendimento à saúde e os isenta da

coparticipação. **A tese se confirma: Procop é coisa pra peão!**

Reunião específica

No dia 03 de setembro, em São Paulo, dirigentes do Sindipetro Paraná e Santa Catarina participam de reunião com a Gerência de Serviços Compartilhados e AMS. A pauta geral é velha conhecida: credenciamento, anestesistas e precariedade no atendimento dos estabelecimentos conveniados. A novidade agora é que também estará em discussão a gestão local de AMS em Santa Catarina.

Sobre passado e presente: efetivo, riscos e meio ambiente

Saiu em tudo que é jornal! Após pouco mais de treze anos de uma das maiores catástrofes ambientais do país, a Justiça Federal condenou a Petrobras a pagar uma multa bilionária em razão do vazamento de pelo menos 4 milhões de litros de óleo da Repar. O valor é de pelo menos R\$ 1,4 bilhão, corrigidos pelo INPC, sem consideração dos juros. Ainda cabe recurso, mas a decisão também obriga a empresa a recuperar totalmente o local impactado, especialmente a região do Arroio Saldanha e o Rio Barigui, com descontaminação do solo e monitoramento da qualidade do ar e das águas, entre outras

medidas reparadoras que devem ser tomadas pela empresa.

O acidente não foi mero fruto do acaso, mas o resultado de uma série de ações administrativas que tinham como finalidade o aumento da produtividade ao custo mínimo de manutenção e de pessoal, que acabou resultando no sucateamento da unidade e, em consequência óbvia, a tragédia ambiental.

Três anos antes do terrível acidente, o Sindipetro PR e SC já alertava sobre o risco de operar a refinaria com efetivo extremamente reduzido. A edição nº 947 do periódico sindical, datado de 12/03/1997, trazia o seguinte alerta sobre o efetivo de trabalha-

dores ao gestor da unidade: “O Sindipetro PR/SC chama a todos para este debate. Respeitamos o Sr. Cosenza, como Superintendente da Repar, mas não mediremos esforços para colocarmos um basta nesse crime que está perpetrando contra a integridade física e moral de nossos companheiros(as), bem como contra a população que cerca a Refinaria, aumentado a cada dia, sem saber que se aproximam perigosamente demais de um verdadeiro barril, prestes a explodir a qualquer momento”. Qualquer semelhança com a situação atual não é mera coincidência, inclusive de nomes!

Pinga fogo!

Quantos trabalhadores poderiam ser admitidos na Repar pelos próximos 100 anos com as multas atualizadas no valor de R\$ 1,4 bilhão pelo vazamento de 4 milhões de litros de petróleo em 2000? O acidente que poderia ter sido evitado se tivesse um efetivo adequado!

Enquanto isso os trabalhadores denunciam as mesmas condições de falta de efetivo. Por outro lado, os gerentes comemoram o aumento da produtividade. Os resultados dessa criminosa posição dos gestores já são conhecidos...

Lembre-se! O atual diretor do abastecimento foi o último gerente geral da Repar antes da ciranda de trocas gerenciais do refino. O estopim está aceso novamente.

Dia D para o efetivo da Repar?

Na próxima quinta-feira, dia 29 de agosto, representantes do Sindipetro Paraná e Santa Catarina, FUP e Abastecimento da Petrobrás se reúnem para a tão esperada reunião de negociação sobre o efetivo mínimo necessário para operar a refinaria de Araucária com segurança. Será às 10h00, no Edise, no Rio de Janeiro.



Agenda Sindical

Agosto

- 26 - Curso CIPA/GTB - Repar.
- 27 - Reunião com a Gerência de Oleodutos.
- 29 - Reunião sobre o efetivo da Repar com o Abast/Petrobrás, no RJ.
- 30 - Dia Nacional de Luta Contra o PL da Precarização do Trabalho (4330).

Setembro

- 02 - Data da resposta da empresa às reivindicações da categoria (campanha reivindicatória).
- 03 - Reunião sobre a AMS, em São Paulo.
- 04 - Reunião com a Transpetro.
- 05 - Dia Nacional de Luta Contra os Leilões do Petróleo.
- 06 - Seminário Regime e Jornada de Trabalho na Indústria do Petróleo, na sede do Sindicato.
- 13 a 15 - Encontro da Juventude da FUP.
- 21 - Seminário da FUP sobre campos terrestres.

→ REPAR

Esquema milionário na manutenção industrial

A denúncia 329/2013 da ouvidoria geral da Petrobrás, apresentada no final de março, levou à criação de cinco comissões para a investigação da atuação da empresa NM Engenharia e do setor de Manutenção Industrial (M.I) da Repar. A terceirizada tem um contrato no valor de R\$ 96 milhões e 800 mil para a prestação de serviços de conservação de 42 tanques e esferas da refinaria pelo período de três anos.

As comissões apuraram o caso e apontaram uma série de irregularidades. Segundo a própria Repar, a principal delas foi a antecipação de pagamentos de serviços não realizados na ordem de R\$ 3 milhões e 230 mil. Ainda de acordo com a refinaria, R\$ 2 milhões e 750 mil foram recuperados através de serviços realizados posteriormente e o saldo restante (R\$ 480 mil) foram descontados dos repasses à NM nos meses de abril e maio deste ano.

A causa teria sido a negligência dos fiscais de contrato. Quatro deles foram punidos com suspensão que variou de 1 a 5 dias, dependendo do grau de envolvimento medido pelo gerente geral da Repar e o gerente executivo

R\$ 3 milhões

e 230 mil foi o montante da antecipação de pagamentos de serviços não realizados pela NM Engenharia. Segundo a Repar, valores foram recuperados com descontos em repasses à terceirizada e execução de outros trabalhos.

do abastecimento. O gerente setorial da caldeiraria foi apenas afastado do cargo.

A corda mais uma vez arrebentou no lado mais fraco. Alguns dos fiscais incluídos no caso receberam apenas oito horas de treinamento no software utilizado para o planejamento (Microsoft Project) e ainda têm responsabilidade por vários outros contratos de prestação de serviços na Repar. Ausência de capacitação aliada ao acúmulo de tarefas que a falta de efetivo impõe, aumenta a probabilidade do erro e abre largas brechas para a atuação de interesses escusos.

Caroço no angu!

No grosso modo, o caso parece ter sido solucionado e entre mortos e feridos salva-

ram-se todos. O problema é que o buraco é muito mais embaixo. Em dezembro de 2011, um dos fiscais de contrato ironicamente punido denunciou ao gerente da manutenção industrial da Repar o pagamento no valor de R\$ 700 mil à NM Engenharia por serviços que não foram executados. Ora, se a fraude era de conhecimento da gestão da refinaria, por que demoraram tanto para tomar as ações administrativas?

O Sindicato, a partir do momento que tomou conhecimento do andamento das investigações, solicitou à Gerência Geral da Repar a apresentação do relatório final antes que as sanções fossem aplicadas, o que não aconteceu, apesar do compromisso firmado. Após as



punições, a gestão se limitou a apresentar um simples “resumo da ópera”.

Há tempos o Sindipetro questiona a relação de gerentes com as contratadas. Na edição N° 1292 deste jornal, de outubro de 2012, foi relatado um episódio onde o então gerente de caldeiraria, agora transferido, interveio em uma manifestação de funcionários da Lomater que protestavam contra a suspensão de benefícios. Durante o ato dos terceirizados, dirigiu-

se ao caminhão do Sindimont, mandou abaixar o som e ameaçou os trabalhadores que “estariam prejudicando a Petrobrás por mixaria”. E também demonstrou abuso de poder ao dizer que contrataria outra empresa para realizar o serviço caso não retomassem imediatamente as atividades.

Em suma, o sistema de investigação é tendencioso. Ao blindar os gestores, remete toda a responsabilidade aos fiscais de contrato.

Procop neles!

Gestão rápida para reduzir efetivo e cortar benefícios dos empregados, mas lenta no exercício do seu papel principal, que é zelar pelo patrimônio da Companhia. Pois justo em um momento em que o cinto aperta, com a queda do fluxo de caixa da Petrobrás, os gestores da Repar dormem com as antecipações milionárias às contratadas. Pior, quando a casa cai, jogam toda a responsabilidade nos fiscais de contrato, acusando-os de negligência.

Bafo na nuca não deixa impressão digital

Os gerentes botam a maior pressão verbal para cima dos executantes quanto ao ritmo das obras, fazendo vista grossa para as referidas antecipações, pois elas são um meio de preservar os indicadores com os quais se comprometeram em cumprir. Muitos fiscais acabam cedendo à este “bafo na nuca” e assumem enormes responsabilidades, desta forma, blindando aqueles que de fato são verdadeiros idealizadores do “modus operandi”.

A grande pergunta

Afinal de contas, essa frouxidão toda com as contratadas foi conivência ou mera incompetência dos gestores da Repar?

Vazamento do Iguazu

Resultado de uma política deliberada de sucateamento da Petrobrás: o vazamento de 4 milhões de litros de petróleo que atingiram o Rio Iguazu teve uma resposta rápida da administração: punir os executantes. Quanto aos gerentes, aqueles que promoviam a redução de efetivo e a precariedade da manutenção dos equipamentos, todo mundo já sabe: quem não caiu para cima, caiu para o lado. A conta do desastre, também milionária, sequer raspou o bolso destes senhores, ao contrário, todos passam muito bem e agradecem.

➔ FUNDO DE PENSÃO

Palestra de diretor da Petros esclareceu questões relativas aos aposentados e pensionistas

Maurício Ruben França, diretor de benefícios do fundo de pensão, abordou assuntos como o fim do convênio Petrobrás/INSS, pagamento em duplicidade da parcela do INSS pela Petrobrás, segregação de massas no plano, ações dos níveis de 2004 a 2006 e o ressarcimento à Petros do passivo do processo de revisão do INSS (IRSM).

O auditório da Sede do Sindipetro ficou lotado no dia 16 de agosto. Aposentados e pensionistas vieram em peso para assistir a palestra do diretor de benefícios da Petros, Maurício Ruben França. Durante o intervalo, e em acirrada disputa com os que queriam esclarecer dúvidas pessoais com o diretor do fundo de pensão, o Jornal do Sindipetro conseguiu esclarecer as principais pautas da categoria junto à Petros: convênio junto ao INSS, pagamento em duplicidade da parcela da Previdência Social, a ação dos níveis de 2004 a 2006, segregação de massas e ressarcimento do passivo do processo de revisão do INSS (IRSM).

Em relação ao rompimento do convênio do INSS com a Petrobrás, Maurício disse que a Petros agiu rápi-

do e firmou um novo acordo diretamente com a Previdência Social. “Todos os benefícios dos aposentados e pensionistas petroleiros estão garantidos, como o adiantamento dos 40% no dia 10 de cada mês, além da antecipação da parcela do INSS sempre para o dia 25. Existe o compromisso da presidente da Petrobrás, Maria da Graça Foster, de retomar o convênio”. A posição do Conselho de Aposentados do Sindicato e da FUP é de restabelecimento do convênio Petrobrás/INSS. Caso isso não ocorra, a Petros, através do convênio Petrobrás/Petros, pretende solucionar os encaminhamentos (aposentadorias, auxílios-doença, isenção de imposto de renda por motivo de doença grave, entre outros) com o apoio do setor de Recursos Hum-

nos da Companhia.

Sobre o pagamento em duplicidade da parcela do INSS no mês de fevereiro, feito pela Petrobrás durante os problemas do fim do convênio, o diretor da Petros afirmou que o dinheiro é da Petrobrás e a devolução está em negociação. “Provavelmente a solução se dará nas discussões sobre o Acordo Coletivo de Trabalho, que já estão em andamento”.

A respeito das ações de isonomia dos níveis concedidos aos ativos nos anos de 2004, 2005 e 2006, que foram julgadas vitoriosas à categoria em última instância, Maurício explicou que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) está executando e a Petros está cumprindo a determinação conforme a demanda judicial.

Acerca da separação de



ATIVIDADE Diretor da Petros proferiu palestras na Sede de Curitiba e na Regional de São Mateus do Sul

Dúvidas?

Se você ainda tem dúvidas em relação aos assuntos pertinentes aos aposentados e pensionistas do Sistema Petrobrás, entre em contato com a Secretaria dos Aposentados do Sindicato pelo telefone 3332.4554 - Ramal 210

massas (repectuados e não repectuados de participantes da Petros), o diretor de benefícios comunicou que o Conselho Deliberativo da Petros já aprovou o processo, que, por sua vez, foi enviado para a Secretaria de Previdência Complementar (Previc) para avaliação. Se aprovado for, haverá dois planos, um para repectuados e outro dirigido aos não repectuados, com patrimônios, custeios e regulamentos distintos.

Sobre o ressarcimento à

Petros do passivo do processo de revisão do INSS (IRSM), que está suspenso temporariamente, Maurício informou que o assunto será retomado. Cada caso será analisado, cabendo ao assistido contestar possíveis irregularidades. Esgotados os recursos administrativos, o fundo de pensão cobrará judicialmente as suplementações feitas no período abrangido pelo passivo.

O diretor da Petros proferiu a mesma palestra no dia seguinte (17) na Sede Regional do Sindipetro de São Mateus do Sul. A íntegra da palestra estará disponível em breve no site do Sindicato (www.sindipetroprsc.org.br). Qualquer dúvida, não hesite em entrar em contato com a Secretaria de Aposentados do Sindicato pelo telefone (41) 3332.4554 – Ramal 210.

